

FHC

20 JUN 1997

GAZETA MERCANTIL

Uma entrevista esclarecedora

A longa entrevista exclusiva que o presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu a este jornal em Brasília foi a mais articulada, esclarecedora e bem fundamentada das várias que a imprensa tem publicado. Faz parte, sem dúvida, do empenho que o governo vem demonstrando ultimamente em divulgar com clareza seus pensamentos, propósitos e planos, que a opinião pública tem tido dificuldade de entender no seu conjunto justamente por deficiência de comunicação governamental.

Não podemos, aqui, comentar todos os temas que foram abordados na entrevista, pois somente no resumo que estampamos na primeira página da edição de ontem estavam listados 15 deles e todos importantes.

Podemos, no entanto, sublinhar que o conjunto da entrevista revela algo que estava faltando para melhor entendermos o próprio governo e, particularmente, o sentido de várias das suas ações. Referimo-nos à existência, por trás dessas ações e intenções governamentais, de um amplo projeto nacional que não está escrito com todas as letras em nenhuma nova edição do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), como aconteceu no passado, mas que nos pareceu estar claro na cabeça do presidente e apresentar grande dose de coerência interna.

Três linhas básicas, nos diz FHC, informam esse projeto. A primeira é que o Estado tem de deixar de ser produtor, a não ser em áreas específicas, para ser promotor, regulamentador e fis-

calizador. Daí as privatizações de empresas estatais e a criação das agências governamentais nas áreas de energia, petróleo, transportes, telefonia. A segunda grande linha é na área social, na qual o Estado terá de investir mais recursos, porém em vinculação estreita com a sociedade, nos setores de saúde, educação, previdência e na área rural. Ou seja, não é o Estado fazendo tudo sozinho para “presentear” a população com coisas que não funcionam, mas comparando com parte dos recursos, com

Um projeto nacional coerente e de médio prazo é o que FHC nos revela

orientação e assessoria técnica para que as próprias comunidades façam o que for necessário e cuidem de fiscalizar. A terceira grande linha seria a mudança no comportamento e na mentalidade burocrática, e que segundo o presidente “é muito difícil”, mas aí é que entra a reforma administrativa proposta.

Na área da macroeconomia, o projeto do presidente é caminhar no sentido de uma integração com a economia internacional, competitiva e soberana, ou seja, defendendo os interesses do Brasil. A abertura que ele defende contempla estímulos e apoio à indústria nacional, mas não de caráter paternalista: “Temos de prestar atenção ao setor nacional, mas dentro de novas condições. Ele tem de se renovar tecnologicamente, tem de ser agressivo na sua política de vendas e não estar fiado em subsídios” – diz o presidente,

para quem o BNDES está reestruturando sua política de apoio e atendendo prioritariamente aos setores mais afetados pela abertura.

No momento, o Brasil dispõe de recursos para evitar uma crise cambial, mas não de recursos para acelerar o crescimento econômico, cuja taxa prudente é de 3 a 4% ao ano, embora FHC gostasse de taxas maiores. As reservas cambiais garantem, inclusive, em sua opinião, a “aposta” que o governo está fazendo: “Estamos numa fase de mudança do padrão estrutural do nosso sistema produtivo, na qual precisamos importar muito equipamento e matérias-primas (...) e é isso que nos vai capacitar com melhores condições de competição internacional”. Nessa fase, os déficits crescem, mas é um risco transitório. A “aposta” a que se refere FHC é que durante essa fase não haja nenhuma crise financeira internacional grave, única coisa que poderia ameaçar a estratégia do governo e sobre a qual o Brasil não tem controle.

Pudemos ainda vislumbrar na entrevista algo que seria o mote da campanha pela reeleição: “A questão econômica não está resolvida, mas está equacionada”, diz FHC, e prossegue: “Agora, esta nova sociedade requer mais justiça e igualdade, liberdade e mais sentido de que as coisas estão andando”. E, nessa nova fase, o problema não é tanto de falta de dinheiro: “Há dinheiro e não se faz. Então, a gestão passa a ser mais importante do que os recursos”. Daí o empenho em melhorar a eficiência da máquina estatal mais enxuta. ■